



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

**DECRETO Nº 029/2022  
DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022**

**Dispõe sobre a regulamentação do Sistema único de Execução Orçamentaria Financeira no âmbito municipal.**

**PETERSON DANTAS ARAÚJO**, prefeito do Município de **RIACHUELO ESTADO DE SERGIPE**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, em atenção ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 combinado com a Lei 4.320 de 17 de Março de 1964:

Considerando a necessidade do estabelecimento de medidas para adequação do município de **RIACHUELO ESTADO DE SERGIPE** para atender o Decreto 10.540/2020, a Lei Complementar 101/2000 e a Lei 4.320/64.

**DECRETA:**

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** - A transparência da gestão fiscal do município de RIACHUELO em relação à adoção de Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle - Siafic, será assegurada pela observância do padrão mínimo de qualidade estabelecido no Decreto 10.540/2020 e do disposto no art. 48-A da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, sem prejuízo de outras disposições previstas em lei ou em atos normativos aplicáveis.

§ 1º O Siafic corresponde à solução de tecnologia da informação contratada, mantida e gerenciada pelo Poder Executivo, incluídos os módulos complementares, as ferramentas e as informações dela derivadas, utilizada por todos os Poderes e órgãos referidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101,



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

**DECRETO Nº 029/2022  
DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022**

de 2000, resguardada a autonomia, e tem a finalidade de registrar os atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial e controlar e permitir a evidenciação, no mínimo:

- I. das operações realizadas pelos Poderes e pelos órgãos e dos seus efeitos sobre os bens, os direitos, as obrigações, as receitas e as despesas orçamentárias ou patrimoniais do município;
- II. dos recursos dos orçamentos, das alterações decorrentes de créditos adicionais, das receitas prevista e arrecadada e das despesas empenhadas, liquidadas e pagas à conta desses recursos e das respectivas disponibilidades;
- III. da situação patrimonial do ente público e da sua variação efetiva ou potencial, observada a legislação e normas aplicáveis;
- IV. da aplicação dos recursos pelos entes federativos, agrupados por ente federativo beneficiado, incluído o controle de convênios, de contratos e de instrumentos congêneres;
- V. das operações de natureza financeira não compreendidas na execução orçamentária, das quais resultem débitos e créditos;

§ 2º Para fins do disposto no § 1º, a atualização do Siafic e a definição das regras contábeis e das políticas de acesso e segurança da informação, aplicáveis aos Poderes e aos órgãos do município, com suas respectivas despesas previamente acordadas com o chefe do Legislativo, ficarão sob a responsabilidade do(a) secretário(a) Municipal de Planejamento e Finanças.

§ 3º O Poder Executivo observará a autonomia administrativa e financeira dos demais Poderes e órgãos de que trata o § 1º e não interferirá nos atos do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido e nos demais controles e registros contábeis de responsabilidade de outro Poder ou órgão.



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

**DECRETO Nº 029/2022  
DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022**

§ 4º Na hipótese de substituição do Siafic ou de implementação de nova versão, decorrente de nova contratação ou de revisão da contratação com o mesmo fornecedor, o município assegurará a migração integral e tempestiva dos dados e das informações existentes no sistema anterior, a não interrupção da geração de informações contábeis, orçamentárias, financeiras e fiscais e o treinamento dos usuários, de forma que as informações de transparência sejam mantidas integralmente, sem prejuízo dos períodos anteriores, prevendo explicitamente em cláusula contratual.

§ 5º O Siafic será único para cada ente federativo e permitirá a integração com outros sistemas estruturantes, conforme o disposto nos incisos I e II do caput do art. 2º, vedada a existência de mais de um Siafic no município, mesmo que estes permitam a comunicação, entre si, por intermédio de transmissão de dados.

**Art. 2º** - Para fins deste Decreto, o Siafic deverá ter mecanismos de controle de acesso de usuários baseados no mínimo nas segregações de funções de execução orçamentária e financeira, de controle, patrimonial e de consulta, não será permitido que uma unidade gestora ou executora tenha acesso aos dados de outra, com exceção de determinados níveis de acesso que são o responsável pela Secretaria de Finanças e Planejamento, Controladoria, Procuradoria e Gabinete sendo controlado os acessos pelo gerenciador do Siafic.

§ 1º O acesso ao Siafic para registro e consulta dos documentos apenas será permitido após o cadastramento e a habilitação de cada usuário, por meio do número de inscrição no CPF ou por certificado digital, com a geração de código de identificação próprio e intransferível, vedada a criação de usuários genéricos sem a identificação por CPF.

§ 2º O município designará através de portaria servidor para atuar como Administrador do Siafic, que será o agente responsável por manter e operar o ambiente computacional do sistema, encarregado da instalação, do suporte e da manutenção dos servidores e dos bancos de dados.



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

**DECRETO Nº 029/2022  
DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022**

§ 3º São requisitos para o cadastramento de usuário no Siafic:

- I. autorização expressa do(a) secretário(a) ao(a) qual o(a) servidor(a) esteja subordinado, através de formulário assinado com os módulos a serem acessados e as tarefas a serem executadas de acordo com a segregação de funções;
- II. assinatura do usuário no termo de responsabilidade pelo uso adequado do Siafic.

§ 4º Os documentos referentes ao cadastramento e à habilitação de cada usuário deverão ser mantidos em boa guarda e conservação em arquivo eletrônico centralizado, que permita a consulta por órgãos de controle interno e externo e por outros usuários.

§ 5º O acesso direto à base de dados será restrito ao administrador responsável pela manutenção, identificados pelos respectivos números de inscrição no CPF no próprio sistema ou em cadastro eletrônico mantido em boa guarda e conservação e será condicionado à assinatura de termo de responsabilidade armazenado eletronicamente.

§ 6º fica vedada a manipulação da base de dados e o Siafic registrará cada operação realizada em histórico gerado pelo banco de dados (logs).

§ 7º fica vedado ao administrador de que trata o § 1º, que ficarão sujeitos à responsabilização individual, na forma da lei:

- I. divulgar informações armazenadas na base de dados do Siafic com finalidade diversa do cumprimento dos requisitos previstos neste Decreto; e
- II. alterar dados, exceto para sanar incorreções decorrentes de erros ou de mal funcionamento do sistema, mediante expressa autorização do órgão responsável pelo gerenciamento do Siafic.

§ 8º Serão atribuições do usuário do Siafic:

- I. Inserir, consultar informações, fornecer documentos gerados pelo Siafic;
- II. Ser responsável pela qualidade e veracidade dos dados introduzidos;
  - a. Todo usuário do Siafic que inserir informações no software deverá



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

**DECRETO Nº 029/2022  
DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022**

- estar munido de documento de suporte, que são documentos físico ou eletrônico, gerado ou não pelo Siafic, que comprove a transação na entidade, tais como notas fiscais, contratos; deixando essa documentação de forma organizada no município a disposição dos órgãos de controle interno e externo;
- b. Todos os registros deverão conter no histórico da transação, a referência da documentação de suporte de forma descritiva e padronizada;
- c. Os responsáveis pelos registros adotarão providências para obtenção da documentação na forma e no prazo adequado para evitar omissões e distorções, e se identificado que algum servidor não contribuiu ou tentou prejudicar sofrerá penalizações previstas no estatuto dos servidores públicos municipais após a realização de processo administrativo disciplinar;
- d. Na geração de registro tem que ser considerado a data do fato ocorrido e publicado no Portal da Transparência do ente até o próximo dia útil obedecendo o princípio da tempestividade;
- II. O usuário do Siafic não poderá fazer exclusões, assumindo que alguma informação foi inserida indevidamente, deverá-se fazer o estorno e em seguida a correção justificando-a.
- III. Todo usuário do Siafic será identificado por seu número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou por seu certificado digital;

**CAPÍTULO II  
DO PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE**

**Art. 3º** - Para fins do cumprimento dos prazos estabelecidos em lei com vistas à divulgação das demonstrações contábeis, ao envio das informações e dos dados contábeis, orçamentários e fiscais de que trata o § 2º do art. 48 e o art.



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

**DECRETO Nº 029/2022  
DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022**

51 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e à divulgação dos relatórios de que tratam o § 3º do art. 165 da Constituição e o § 2º do art. 55 da referida Lei Complementar, o Siafic ficará disponível até:

- I o vigésimo quinto dia do mês, para os registros necessários à elaboração dos balancetes relativos ao mês imediatamente anterior e publicar no Portal da Transparência;
- II o segundo dia útil para lançamentos de baixas de almoxarifado, patrimônio, e demais ajustes que necessitem serem feitos relativos ao mês imediatamente anterior;
- III para atendimento aos prazos citados é necessário que o município siga os prazos determinados no Fluxograma dos Processos Internos dispostos no Anexo I.
- IV para atendimento aos prazos necessários para registro dos atos de gestão orçamentária e financeira relativos ao exercício imediatamente anterior inclusive para as rotinas de inscrição e cancelamento de restos a pagar deverá ser observados os prazos expostos no Decreto que trata do encerramento de cada exercício.

**CAPÍTULO III  
DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 4º.** - A Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças ficará responsável pelo gerenciamento da execução dos procedimentos necessários para a efetiva observância do padrão mínimo e dos requisitos estabelecidos neste Decreto e no Decreto 10.540/2020.

**Art. 5º.** - A Controladoria do município ficará responsável pela orientação e fiscalização, com vistas a garantir a efetiva observância do padrão mínimo e dos requisitos estabelecidos neste Decreto e no Decreto 10.540/2020.



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

**DECRETO Nº 029/2022  
DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022**

**Art. 6.º** - Os órgãos da Administração Direta do município e o Poder Legislativo deverão observar as disposições deste Decreto a partir de 1º de janeiro de 2023, podendo incorrer, em caso de descumprimento, em uma das penalidades previstas no art. 73 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 7.º** - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 8.º** - Revolgam-se as disposições em contrário.

**Art. 9.º** - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO, ESTADO DE SERGIPE, em 28 de dezembro de 2022.

  
PETERSON DANTAS ARAÚJO  
Prefeito







## PROTOCOLO DO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PELO PRESENTE DOCUMENTO O USUÁRIO VEM A CONFIRMAR A INCLUSÃO DE UM NOVO DOCUMENTO E SE COMPROMETE COM AS INFORMAÇÕES AQUI PRESTADAS E A SEREM PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DESTE ORGÃO NA DATA DE PUBLICAÇÃO ABAIXO:

COD. PUBLICAÇÃO	ENTIDADE
4042	
GRUPO	SUB-GRUPO
atos institucionais	decretos
DOCUMENTO	DATA DA PUBLICAÇÃO
DECRETO Nº 029/2022 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022	28/12/2022
RESUMO	
Dispõe sobre a regulamentação do Sistema único de Execução Orçamentaria Financeira no âmbito municipal.	

DATA	PUBLICADO POR
28/12/2022	Taynah Lima Fontes